

NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DURANTE O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

DIFFERENTIATED LEVELS OF CORPORATE GOVERNANCE AND QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION DURING THE PROCESS OF CONVERGENCE TO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS

VINÍCIUS GOMES MARTINS

Doutorando em Contabilidade pelo Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN. E-mail: viniciuscontabeis@hotmail.com. Endereço: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - Cidade Universitária - Campus I - Castelo Branco - CEP 58.059-900.

ALAN SANTOS DE OLIVEIRA

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa. Pós-graduando lato sensu em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). E-mail: alan_91santos@hotmail.com

JORGE KATSUMI NIYAMA

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jkatsumi@unb.br

JOSEDILTON ALVES DINIZ

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: josedilton@gmail.com

Recebido em: 15.04.2013. Revisado por pares em: 25.01.2014. Aceito em: 24.02.2014. Publicado em: 31.08.2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar os reflexos do processo de convergência na qualidade da informação contábil e, mais especificamente, avaliar se esses possíveis reflexos se comportam de forma distinta para as companhias listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC), em oposição às empresas em geral. Para tanto, utilizou-se uma amostra de 119 companhias, listadas nos períodos definidos como antes, durante e após o processo de convergência ao modelo IFRS. As métricas da qualidade da informação utilizadas foram: relevância, por meio de um modelo de *value relevance*, e conservadorismo e tempestividade, por meio do modelo de Basu (1997). As principais evidências indicaram que o conservadorismo das empresas estudadas diminuiu ao longo do processo de convergência, porém, o grau de redução das empresas listadas nos NDGC foi inferior ao das demais. No que se refere à tempestividade, observou-se que as empresas listadas nos NDGC apresentaram-se mais oportunas antes do processo de convergência, porém, com o processo de adoção das IFRS, o nível de tempestividade não foi distinto entre os grupos de empresas. Isso sugere que a adoção do padrão IFRS contribuiu positivamente no que se refere ao atributo da tempestividade para as empresas que não estão listadas nos NDGC. Observou-se, também, que a relevância das informações contábeis melhorou com a adoção das IFRS, sendo que, antes e durante a adoção parcial, as informações referentes às empresas aderentes aos NDGC apresentaram um maior nível de relevância do que as demais. Entretanto, com a adoção integral não se verificou distinção.

Palavras-chave: Níveis diferenciados de governança corporativa. Qualidade da informação contábil. Convergência às normas internacionais.

Abstract: *The goal of this research is to analyze the impacts of the convergence process in the quality of accounting information and, more specifically, assess whether these possible reflections behave differently to the companies listed in Levels of Corporate Governance (NDGC) as opposed to firms in general. For this purpose, we used a sample of 119 companies, listed in defined periods as: before, during and after the convergence process to the IFRS model. The metrics of quality of information used were: relevance, by means of value relevance model; conservatism and timeliness by means of the Basu (1997) model. The main evidence indicated that the conservatism of the companies studied declined throughout the convergence process, however, the degree of reduction of companies listed in NDGC was lower than the other. As for the timeliness, it was observed that companies listed in NDGC were more timely before the convergence process, however, with the adoption process of IFRS, the level of timeliness*

was not different between groups of companies. This suggests that the adoption of IFRS has contributed positively in relation to the timeliness attribute for companies that are not listed in NDGC. It was also observed that the relevance of accounting information has improved with the adoption of IFRS, but, before and during partial adoption, information about companies listed on NDGC showed a higher level of relevance than the others, however, with the full adoption there is no evidence of distinction.

Keywords: *Differentiated corporate governance levels. Quality of accounting information. Convergence with international standards.*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do mercado de capitais e a globalização da economia trouxeram a necessidade de alguma forma de intervenção por parte dos normatizadores contábeis, visando melhorar e unificar os relatórios financeiros mundiais. Desse modo, as mudanças dos padrões do Financial Accounting Standards Board (Fasb) e do International Accounting Standards Board (Iasb) para os regimentos do International Financial Reporting Standards (IFRS) foi a mudança regulatória adotada pela Europa como marco dessa intervenção.

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais é representado pela coexistência de três conjuntos regulatórios e normativos distintos: a) o antigo (Lei nº 6.404/76); b) o da primeira fase de transição para o IFRS (Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e CPCs 01 a 14), vigentes para os exercícios de 2008 e 2009; e c) o padrão internacional completo (Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, CPCs 01 a 43, OCPC 1 a 5 e ICPC 1 a 15), com adoção obrigatória para as demonstrações contábeis do exercício social de 2010 (COSTA, 2012).

Santos *et al.* (2011) destacam que essas mudanças regulatórias e normativas além de permitirem a harmonização das normas e práticas contábeis adotadas nacionalmente às normas internacionais, provocaram um impacto sistemático na qualidade da informação contábil. Para Hellman (2008), as informações contábeis produzidas com base no modelo IFRS objetiva propiciar melhor qualidade, isto é, melhor compreensibilidade, comparabilidade, relevância, fidelidade e menos conservadorismo.

Alguns estudos têm apontado que empresas que transitaram para o padrão IFRS apresentaram menos gerenciamento de resultados, maior tempestividade no reconhecimento de perdas e informações mais relevantes, especificamente do lucro contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2006).

Não obstante, Ball, Robin e Wu (2003), Chen *et al.* (2010), Lima (2010) e Houque *et al.* (2012) defendem que altos padrões de qualidade, como os preconizados pelo IFRS, não produzem, necessariamente, melhores informações contábeis, pois elementos de infraestrutura institucional, como a governança corporativa, podem ser indicadores significativos.

Conforme Holm e Scholer (2012), geralmente se reconhece que, mesmo com a convergência internacional, as empresas possuem diferentes capacidades para mudanças normativas, visto que, de maneira intencional, algumas empresas decidem possuir um maior nível de transparência ou confiabilidade através de suas estruturas de governança corporativa, visando obter vantagens competitivas. Isso significa que, mesmo com o objetivo das normas internacionais de melhorar a qualidade da informação contábil, algumas empresas possuem um diferencial proporcionado por suas estruturas de governança corporativa.

No mercado brasileiro de capitais, as principais evidências empíricas acerca do diferencial na qualidade das informações contábeis, provocados por fortes políticas de governança corporativa, apresentaram resultados controversos, além de não abranger o processo de convergência em full IFRS (LOPES; WALKER, 2008; ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008; LIMA, 2010; ANTUNES *et al.*, 2010).

Além disso, pouca ou talvez nenhuma evidência foi apresentada, pelo menos no mercado brasileiro, de que esse diferencial na qualidade das informações contábeis, provocados por fortes políticas de governança corporativa, ainda é consistente após a adoção do padrão IFRS. Logo, os resultados deste estudo podem trazer novas contribuições, pela investigação do processo de convergências integral, dando, com isso, maior robustez aos resultados por evitar períodos isolados de comparação, como também apresentando o comportamento da qualidade da informação contábil nas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC).

Não obstante, por causa da insuficiência de evidências empírica sobre o assunto, é relevante buscar nos IFRS os elementos que são capazes de contribuir para melhorias da qualidade da informação, bem como destacar o horizonte legal que pode moldar a visão dos indivíduos, no sentido de aprimorar as informações mediante a conjugação das características da relevância, da tempestividade e do conservadorismo.

Nesse contexto, surgem as lacunas de pesquisas descritas pelas seguintes questões:

- a) quais os impactos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade na qualidade da informação contábil?
- b) esses possíveis impactos apresentam comportamento distinto para as companhias listadas nos NDGC em comparação com as companhias em geral?

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar os reflexos do processo de convergência na qualidade da informação contábil e, mais especificamente, avaliar se esses possíveis reflexos se comportam de forma distinta para as companhias listadas nos NDGC em oposição às empresas em geral.

Nesse sentido, grande parte dos estudos que mensuram a qualidade da informação contábil normalmente utilizam atributos como tempestividade, relevância e conservadorismo como métricas de qualidade (BUSHMAN *et al.*, 2004; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008; SANTOS *et al.*, 2011). A delimitação dessas características qualitativas pelas pesquisas pode ser justificada pela possibilidade de testá-las empiricamente.

Contudo, para alcançar o objetivo do presente estudo realizou-se uma pesquisa empírico-analítica, investigando as empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa, no período de 2006 a 2011, que vivenciaram todo o processo de implementação dos IFRS. Utilizou-se o modelo de *value relevance* para capturar evidências de qualidade mediante o lucro líquido (LL) e o patrimônio líquido (PL). Já para a análise do conservadorismo e da tempestividade da informação, utilizou-se o modelo de Basu (1997) para mensurar o grau de associação entre o retorno de mercado da ação e o resultado contábil. Como proxy da governança corporativa, utilizou-se os NDGC da BM&FBovespa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção discutem-se os elementos teóricos que norteiam o objeto de estudo desta pesquisa, por meio de três subseções. A primeira subseção descreve o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil e discute algumas evidências empíricas de pesquisas que avaliaram algumas implicações desse processo na qualidade da informação contábil. A segunda subseção conceitua a governança corporativa e sua relação com a qualidade da informação contábil, descreve as proxy utilizadas para a governança corporativa e aponta algumas evidências de estudos anteriores. Por fim, a terceira subseção discute as métricas da qualidade da informação utilizada por esta pesquisa e apresenta evidências empíricas de pesquisas realizadas no contexto nacional e em vários países.

2.1 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil, a legislação que marcou a contabilidade brasileira no processo de convergência às normas internacionais, de forma abrangente, foi a Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76. Conforme Santos *et al.* (2011), com a promulgação desta lei, o processo brasileiro de convergência às normas IFRS passou a ser desenvolvido através de um sistema de regulação que envolve o Estado, por intermédio de seus órgãos reguladores, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), além de órgãos normativos, como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Esse processo de adoção das IFRS pode ser dividido em duas grandes fases: a primeira, em 2008 e 2009, que foi marcada pelas mudanças na Lei Societária pelos dispositivos legais das Leis nº 11.638 e nº 11.941, e a segunda, em 2010, com a adoção integral das normas internacionais.

Essas mudanças normativas e legais acabaram modificando muitas práticas contábeis, tais como: mudanças na mensuração de instrumentos financeiros, ativos intangíveis, mudanças na avaliação de investimentos societários, extinção da reavaliação, mudanças na contabilização nos contratos de leasing, entre outras mudanças no reconhecimento, e, principalmente, na mensuração de elementos patrimoniais que são suscetíveis de impactar na qualidade da informação contábil.

Conforme os órgãos normativos (Iasb/CPC), essas mudanças normativas e legais, relativas à adoção do modelo IFRS, buscam promover melhorias na qualidade das informações contábeis. Nesse contexto, várias pesquisas têm demonstrado que a adoção do padrão IFRS tem impactado positivamente na qualidade das informações contábeis, em oposição ao padrão local (BARTOV; GOLDBERG; KIM, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MACEDO; ARAÚJO; BRAGA, 2012; BARROS; ESPEJO; FREITAS, 2013).

Batov, Goldberg e Kim (2005) investigaram, a partir de uma amostra de empresas alemãs, o *value relevance* dos lucros divulgados sob três padrões, o alemão, o do Iasb e o do Fasb. A principal conclusão dos autores é que, no período analisado, os lucros mensurados e divulgados sob os padrões internacionais e norte-americanos apresentaram um maior *value relevance*, em comparação com o padrão alemão. Os autores justificam que, diferentemente do padrão alemão, em que, segundo os autores, é muito influenciado por interesses particulares, os modelos contábeis internacional e norte-americano têm o foco nos usuários, principalmente nos investidores, o que proporciona melhor qualidade das informações.

Em um estudo mais abrangente, Barth, Landsman e Lang (2008) examinaram a associação da aplicação das normas internacionais de contabilidade com a qualidade das informações contábeis em 21 países. Os autores identificaram que, após aplicação do modelo contábil do Iasb, as empresas apresentaram melhorias na qualidade da informação reportada, isto é, menos gerenciamento de resultados, reconhecimento mais rápido de perdas (menos conservadorismo) e melhoria na relevância das informações contábeis.

No contexto brasileiro, Macedo, Araújo e Braga (2012) analisaram o impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade na relevância das informações contábeis de empresas que compõem o mercado brasileiro de capitais. As evidências encontradas pelos autores mostraram que a primeira fase da adoção do padrão IFRS, refletida pela publicação da Lei nº 11.638/07, melhorou a relevância das informações contábeis referentes ao LL e ao PL. Barros, Espejo e Freitas (2013) encontraram evidências semelhantes.

Por outro lado, alguns estudos têm evidenciado que a adoção do modelo IFRS não incrementou melhorias na qualidade da informação contábil (NISKANEN; KINNUNEN; KASANEN, 2000; MORAIS; CURTO, 2008).

Niskanen, Kinnunen e Kasanen (2000), usando uma amostra de empresas finlandesas, avaliaram a relevância das normas de contabilidade locais em comparação com o lucro mensurado a partir de ajustes oriundos das normas internacionais. Os resultados dos testes evidenciaram a inexistência de diferenças significativas no *value relevance* dos lucros mensurado com o padrão contábil local da Finlândia versus os lucros ajustados, conforme as orientações das normas internacionais.

No mesmo sentido, Moraes e Curto (2008) compararam a qualidade da informação contábil, por meio do *value relevance* dos lucros, em uma amostra de empresas portuguesas antes e após a adoção das normas internacionais em Portugal. De maneira geral, os autores identificaram evidências de que a relevância das informações relativas ao lucro das companhias diminuiu após a adoção das normas internacionais.

Contudo, salienta-se que a qualidade da informação contábil não é influenciada apenas pelos padrões contábeis vigentes, mas também por incentivos para a preparação e a evidenciação das informações, como a estrutura de governança corporativa (LIMA, 2010).

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA E OS NÍVEIS DIFERENCIADOS DA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

A governança corporativa pode ser tratada como um conjunto de mecanismos voltados para a proteção dos acionistas e prevenção dos conflitos de agência (SHLEIFER; VISHNY, 1997). Isto é, um conjunto de mecanismos de incentivos e controle que visa harmonizar a relação entre acionistas e gestores pela redução dos problemas de agência, numa situação de separação entre propriedade e gestão (SILVEIRA, 2004).

Devido às diferenças existentes entre os interesses e os incentivos dos gestores, acionistas e outros usuários, os mecanismos de governança corporativa são colocados em prática para reduzir os conflitos de agência através de uma gestão eficiente de monitorização dos contratos (LARA; OSMA; PENALVA, 2009). La Porta et al. (2000) pontuam que a governança corporativa deve estabelecer mecanismos através dos quais os investidores se protegem contra a expropriação, originária, essencialmente, desses conflitos.

Conforme Denis e Mcconnell (2003), esses mecanismos se caracterizam como internos (conselho de administração e participantes da estrutura acionária da empresa) ou externos à empresa (mercado externo para controle corporativo e sistema legal/regulamentar).

Os mecanismos internos são variáveis endógenas das empresas, tais como o sistema de remuneração, o conselho de administração, a estrutura de propriedade, entre outros. Já os mecanismos externos são variáveis exógenas, tais como o mercado da aquisição hostil, o mercado de trabalho competitivo, os relatórios contábeis periódicos, etc. (SILVEIRA, 2004).

No mercado de capitais brasileiro, a BM&FBovespa estabeleceu mecanismos internos adicionais frente aos utilizados internacionalmente, com a finalidade de oferecer aos investidores melhorias nas práticas de governança corporativa. Nesse

sentido, foram criados, em 2001, os NDGC, em que as companhias aderem voluntariamente às suas normas de conduta, levando em consideração regulamentos específicos que primam pela transparência, equidade e qualidade das informações contábeis (JACQUES *et al.*, 2011).

De acordo com Gonçalves *et al.* (2008), com a adesão das empresas aos NDGC, os investidores teriam maior segurança para fazer seus investimentos com a redução do nível de incerteza em relação à expropriação de seu capital investido e as empresas aumentariam o nível da qualidade de suas informações.

Segundo a BM&FBovespa, os NDGC são classificados em quatro níveis: Novo Mercado (NM), Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais (BM). Para Backes *et al.* (2009), a classificação entre esses níveis considera o grau de comprometimento, sendo semelhante a um selo de qualidade dos mecanismos de governança corporativa da companhia para com seus *stakeholders*, variando conforme o nível assumido.

Alguns estudos, como os de Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) e Jenkins Kane e Velury (2009), evidenciam que os atributos da informação contábil relacionam-se com os mecanismos de governança corporativa porque estes asseguram a elaboração e divulgação de informações úteis. Na mesma direção, Almeida, Scalzer e Costa (2008) percebem que a estrutura de governança corporativa em empresas com NDGC interfere no tipo e na qualidade da informação divulgada ao mercado. Assim, em paralelo às mudanças normativas e legais, introduzidas em função da adoção das normas internacionais, este estudo investiga os NDGC como *proxy* da governança corporativa e, por consequência, influenciador na qualidade da informação contábil.

2.3 MÉTRICAS DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A qualidade das informações contábeis é avaliada por meio de várias características. A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório financeiro (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) define essas características como: fundamentais, que são a relevância e representação fidedigna; e de melhoria, que são a compreensibilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a comparabilidade.

Dessa forma, se a informação é relevante e representa com fidedignidade o fenômeno econômico, infere-se que essa informação é útil para o processo de tomada de decisão de seus usuários. Além disso, se essa informação também possuir as (ou algumas) características de melhoria, a sua utilidade para o usuário é ampliada.

No que se refere ao teste empírico desses atributos da informação, tem-se verificado um nível considerável de complexidade devido às características particulares de cada um deles. Entretanto, a literatura tem utilizado algumas *proxies* para capturar evidências de algumas dessas características, tais como relevância, conservadorismo (que acaba interferindo na representação fidedigna) e tempestividade. A seguir, discute-se cada uma dessas três características.

2.3.1 Relevância (*value relevance*)

Baseados nos trabalhos pioneiros de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) sobre metodologias positivas, vários estudos foram desenvolvidos no sentido de identificar informações relevantes para o mercado de capitais. De maneira geral, quando uma informação contábil estiver minimamente associada com o valor de mercado das empresas ou com o retorno de suas ações, diz-se que a informação possui *value relevance* (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001).

Dentre os tipos de pesquisas que analisam a relevância das informações contábeis, destacam-se os estudos de associação relativa, adotados neste estudo, pois comparam a associação entre o retorno das ações e valores contábeis calculados por novos padrões propostos em relação aos valores de padrões existentes (HOULTHAUSEN; WATTS, 2001).

Alguns estudos foram realizados medindo a influência da governança corporativa na relevância da informação contábil. As evidências empíricas, de maneira geral, mostraram que as empresas com forte estrutura de governança corporativa apresentam melhoria na qualidade da informação contábil, pelo menos em algum aspecto (HABIB; AZIM, 2008; LOPES; WALKER, 2008; LIMA, 2010; ANTUNES *et al.*, 2010).

Habib e Azim (2008) analisaram a relação entre governança corporativa e relevância das informações contábeis na Austrália. Os seus resultados mostraram que as empresas com forte estrutura de governança corporativa apresentaram maior relevância da informação contábil. Os autores justificam essas evidências no sentido de que as práticas de governança corporativa acabam melhorando a confiabilidade das informações, por consequência, acaba interferindo na melhoria da relevância de tais informações.

No Brasil, Antunes *et al.* (2010) analisaram se os NDGC melhoram a qualidade da informação contábil, por meio das métricas oportunidade, relevância e conservadorismo. Os resultados obtidos revelaram que a adesão aos Níveis Diferenciados de Governança da BM&FBovespa (NDGB) aumenta a qualidade da informação contábil apenas no elemento relevância.

Lopes e Walker (2008) avaliando os efeitos do *Brazilian corporate governance index* (BCGI) e da dupla listagem (ADR) na qualidade da informação. Eles identificaram que esses fatores em conjunto aumentam o nível de relevância da informação contábil. Não obstante, Lima (2010), investigando a relevância das informações contábeis antes e depois do início do processo de convergência nas empresas listadas no BCGI, obteve resultados inconclusivos.

No que tange ao processo de convergência às normas IFRS, Macedo, Araújo e Braga (2012) e Barros, Espejo e Freitas (2013) apresentaram evidências de melhorias na relevância da informação contábil com o processo preliminar de convergência integral do modelo contábil IFRS.

Macedo, Araújo e Braga (2012) mostraram que houve uma melhoria informacional para as variáveis LL por ação e PL por ação, com as alterações introduzidas pela primeira fase do processo de convergências às normas IFRS. De modo similar, Barros, Espejo e Freitas (2013) avaliaram a relevância do patrimônio líquido e do faturamento e encontraram evidências que corroboraram o estudo de Macedo, Araújo e Braga (2012).

2.3.2 Conservadorismo

Tradicionalmente, dentro do arcabouço conceitual da contabilidade, esse princípio tem sido descrito como o procedimento contábil de se escolher, dentre mais de uma alternativa igualmente válida e economicamente viável, o registro de eventos econômicos que demonstre o menor valor para o patrimônio líquido de uma entidade (SANTOS *et al.*, 2011). Isto é, dentre as alternativas válidas, tanto para o reconhecimento quanto para a mensuração, deve-se escolher sempre a que irá atribuir menor valor para os ativos/receitas e a de maior valor para os passivos/despesas.

Ao longo dos anos, o conservadorismo vem sofrendo muitas críticas, e algumas delas podem ser identificadas em Hendriksen e Van Breda (1999), nos casos de incerteza de avaliações de ativos, de distorções dos dados contábeis, de conflito em divulgar informações relevantes e consistentes, de falta de comparabilidade, entre outras.

Nessa perspectiva, a revisão do CPC00 culminou na exclusão do atributo conservadorismo da condição de característica qualitativa. Esse fato é um reflexo de uma tendência natural, pois, conforme Hendriksen e Van Breda (1999), essa prática é inconsistente com a neutralidade, na medida em que a subestimação deliberada pode conduzir tão frequentemente tanto a decisões incorretas quanto a superestimação.

Dentre os estudos que testaram empiricamente essa característica da informação, destaca-se o de Basu (1997), no qual visualizou o conservadorismo nos casos em que os lucros reflitam “más notícias” mais rapidamente do que “boas notícias”, fato que afetaria as decisões dos contadores porque estes tendem a requerer maior nível de verificação para reconhecer “boas notícias”.

Alguns estudos analisaram a relação do conservadorismo no processo de convergência às normas IFRS (SANTOS *et al.*, 2011; GARBRECHT *et al.*, 2012). Santos *et al.* (2011) apresentaram resultados conflitantes com base no conservadorismo na primeira fase do IFRS. Contudo, Garbrecht *et al.* (2012), reeditando o estudo de Santos *et al.* (2011) no período de obrigatoriedade da adoção completa das normas IFRS, revelaram que o conservadorismo diminuiu após a obrigatoriedade da adoção das novas normas contábeis.

Almeida, Scalzer e Costa (2008) e Lara, Osma e Penalva (2009) perceberam que o grau de conservadorismo utilizado pelas empresas com forte governança corporativa é maior do que o das demais empresas. O primeiro estudo foi realizado com empresas brasileiras no período de 2000 a 2004, revelando que o nível de conservadorismo utilizado pelas empresas que possuem NDGC é maior do que o grau utilizado pelas demais companhias listadas na BM&FBovespa. Corroborando, Lara, Osma e Penalva (2009) estudaram uma amostra de empresas norte-americanas durante o período de 1992 a 2003. Os seus resultados indicaram que as empresas com governança corporativa mais forte apresentaram maior grau de conservadorismo.

No entanto, os resultados Chi, Liu e Wang (2009), avaliando empresas listadas nas bolsas de valores de Taiwan, entre 1996 a 2004, constataram que as empresas com estruturas mais fracas de governança tendem a ser mais conservadoras. Portanto, verifica-se que não há um consenso na literatura, pelo menos do ponto de vista empírico, quanto à relação das boas práticas de governança corporativa com o comportamento conservador da contabilidade.

2.3.3 Tempestividade

De acordo com Niyama e Silva (2011), para uma informação ser tempestiva as variações patrimoniais devem ser identificadas, capturadas, classificadas e divulgadas integralmente de modo a evidenciar com representação fidedigna a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade no momento de sua ocorrência.

Em linhas gerais, a informação contábil mais antiga é a que menos influencia as predições e decisões dos *stakeholders*. Entretanto, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, como auditores, avaliarem tendências em mais de um período contábil (CPC00 (R1)).

Quanto ao seu teste empírico, Basu (1997) testou a tempestividade por meio de um modelo teórico que analisa a velocidade em que os números contábeis atuais capturam o conjunto de informações subjacentes que alteram o valor da empresa, sendo mensurada pelo retorno da ação no período, e o resultado contábil divulgado (BUSHMAN *et al.*, 2004).

Para Dechow *et al.* (2010), esse modelo teórico é um dos métodos mais empregados, pois, baseando-se na hipótese do mercado eficiente, admite que os valores mobiliários das empresas espelham as perdas no retorno econômico das ações no momento de sua ocorrência. É com essa abordagem que a presente pesquisa buscou avaliar empiricamente essa característica da qualidade da informação contábil.

Com relação às evidências empíricas, destacam-se alguns estudos que analisaram a influência da governança corporativa na tempestividade da informação contábil (BUSHMAN *et al.*, 2004; DALMÁCIO; REZENDE, 2008). Bushman *et al.* (2004) verificaram que existe relação entre a governança corporativa e a tempestividade das informações contábeis nas empresas americanas. Dalmácio e Rezende (2008) identificaram que as empresas brasileiras que possuem algum nível de governança corporativa diferenciado apresentam informação contábil útil e tempestiva.

No que se refere ao efeito do processo de convergência nessa característica, Santos *et al.* (2011) não obtiveram resultados conclusivos com a adoção parcial no Brasil, o que justifica ainda mais a análise da presente pesquisa. Da mesma forma, Garbrecht *et al.* (2012), mesmo avaliando todo o processo de convergência, também no cenário brasileiro, não identificaram evidências de melhoria na tempestividade das informações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, que está dividida em duas subseções, evidenciam-se os meios utilizados para se alcançar os objetivos deste estudo. Na primeira subseção é apresentada a população de empresas, bem como os critérios utilização para a formação da amostra utilizada nos testes empíricos. Por fim, na segunda subseção discutem-se os modelos econométricos utilizados para captar as evidências empíricas da temática em questão.

3.1 SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A população do presente estudo é composta por todas as empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa. Partiu-se dessa população pela disponibilidade de dados e por essas empresas se enquadrarem nas necessidades metodológicas. As empresas financeiras foram excluídas da população, pois essas companhias possuem regulação específica desde 2002, quando da aprovação da Circular Bacen nº 3.068/2001 passaram a utilizar alguns procedimentos contábeis adotados internacionalmente. Além disso, essas empresas possuem estrutura patrimonial diferenciada, logo, poderia distorcer os resultados.

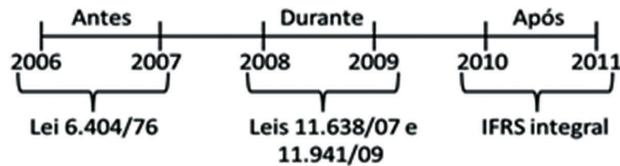
Para a composição da amostra (não probabilística), alguns critérios foram exigidos das companhias, quais sejam:

- a) disponibilizar o valor de mercado do PL, para o cálculo do retorno, na base de dados da Economatica;
- b) apresentar informações contábeis referentes ao PL e ao LL;
- c) estar listada durante todo o período de análise, em dois grupos: nos NDGC; e em empresas não financeiras em geral.
- d) apresentar o índice de liquidez em bolsa, disponível na base da Economatica, acima de 0,1% (o corte de liquidez é procedido com o intuito de assegurar que o valor de mercado das empresas sofreu variações em função das negociações das ações das companhias e, por consequência, possa refletir quaisquer informações relevantes, conforme a hipótese dos mercados eficientes (MACEDO *et al.*, 2011).

O período utilizado para a apreciação e, por consequência, para constituição da amostra foi de 2006 a 2011. A

justificativa para esse corte transversal decorre do fato de a análise ter sido realizada antes, durante e após o processo de convergência, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Processo de implementação das normas internacionais no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Apontaram-se os anos de 2006 e 2007 como o período que antecedeu o início da convergência, em virtude da promulgação da Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 2008. Portanto, o período de 2008 foi o marco quanto ao início da implantação das normas internacionais de contabilidade pelas companhias abertas. Como o prazo para a adoção do padrão IFRS integral pelas companhias foi até o exercício de 2010, apontaram-se, como período intermediário (intitulado de “durante” na Figura 1), os anos de 2008 e 2009, uma vez que a adoção ainda era parcial. Por fim, apontaram-se os anos de 2010 e 2011 como o período após a implantação do padrão IFRS integral pelas companhias abertas.

Portanto, após o cumprimento dos critérios elencados, restou uma amostra de 119 empresas por ano, sendo 38 listadas nos NDGC e 81 não financeiras em geral. Como as regressões que seguem foram estimadas por meio de modelo de dados em painel balanceado, trabalhou-se com as mesmas empresas em todo período analisado. Dessa forma, para cada fase descrita na Figura 1, utilizaram-se 238 observações.

Vale enfatizar, que não foi possível realizar a análise para cada nível de governança corporativa da BM&FBovespa (nível 1, nível 2 e o novo mercado) devido à limitação do número de empresas listadas ao longo do período analisado. Assim sendo, não há distinção para fins de análise entre as empresas listadas nos diferentes níveis de governança, sendo essa, portanto, uma limitação da pesquisa.

3.2 DESCRIÇÃO DOS MODELOS ECONOMÉTRICOS

A seguir serão descritos os modelos econométricos utilizados para capturar evidências da qualidade da informação contábil. As métricas utilizadas foram a relevância, o conservadorismo e a tempestividade.

3.2.1 Modelo de Relevância (*value relevance*)

Para a análise da relevância das informações contábeis, utilizou-se da equação 1, em que o objetivo foi capturar evidências quanto a essa qualidade por meio das variáveis LL e PL. A escolha dessas variáveis se justifica no sentido resumirem em parte o desempenho da empresa e por serem as principais *proxies* do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Essas variáveis são amplamente testadas e validadas no que se refere à sua relevância (MACEDO *et al.*, 2011). Portanto, a equação 1 descreve o modelo de *value relevance*.

$$RET_{i,t} = \alpha + \beta_1 PL_{i,t} + \beta_2 LL_{i,t} + \beta_3 DGC_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} * PL_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * LL_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Em que:

$RET_{i,t}$ = retorno econômico da empresa i no ano t , quatro meses após o encerramento do exercício ($VM_{i,t} - VM_{i,t-1}$);

$VM_{i,t}$ = valor de mercado da empresa i no dia 30 de abril do ano t ;

$VM_{i,t-1}$ = valor de mercado da empresa i no dia 30 de abril anterior a t ;

$PL_{i,t}$ = PL da empresa i no período t menos o LL da empresa i no período t (subtraiu-se o LL do PL, uma vez que o LL é um componente do PL, portanto evita-se problemas de multicolineariedade entre as variáveis);

$LL_{i,t}$ = LL da empresa i no período t ;

$DGC_{i,t}$ = uma variável *dummy* de governança corporativa. Se atribuiu 1 para as empresas listadas em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 para as demais;

$DGC_{i,t} * PL_{i,t}$ = uma variável *dummy* de interação, que busca captar o efeito da governança na relevância do PL;

$DGC_{i,t} * LL_{i,t}$ = uma variável *dummy* de interação, que busca captar o efeito da governança na relevância do LL;

ε_{it} = termo de erro da regressão da empresa i no período t .

A análise da relevância foi procedida por meio dos coeficientes de inclinação das variáveis PL e LL, corroborando as pesquisas de *value relevance*. Segundo Antunes *et al.* (2010), valores maiores e mais significativos desses coeficientes sugerem maior relevância da informação contábil para a precificação das empresas.

Para avaliar o efeito da governança corporativa na relevância das variáveis LL e PL, introduziu-se uma variável *dummy* (DCG) no modelo e suas respectivas variáveis de interação, quais sejam: $DCG_{i,t} * LL_{i,t}$ e $DCG_{i,t} * PL_{i,t}$. Da mesma forma, espera-se que os coeficientes dessas variáveis sejam significativos e com sinal positivo, isso na hipótese de que as empresas aderentes aos níveis de governança corporativa apresentem as informações referente a essas variáveis com um grau de relevância superior as demais companhias.

3.2.2 Modelo de Conservadorismo e Tempestividade

Para a análise do conservadorismo e da tempestividade da informação, utilizou-se o modelo de Basu (1997) ajustado para medir o efeito da governança corporativa.

A premissa do modelo parte da hipótese dos mercados eficientes, em que o comportamento do valor de mercado das empresas resume o consenso dos participantes do mercado no que se refere às expectativas futuras das companhias. Desse modo, os retornos das ações positivos indicariam as boas notícias e os retornos negativos as más notícias.

De acordo com Almeida, Scalzer e Costa (2008), sob o pressuposto da existência de conservadorismo, o modelo contábil seria mais oportuno para o reconhecimento de más notícias em relação às boas notícias. Tal fato é justificado pelo maior grau de verificabilidade exigido para ativos e receitas. Nesse sentido, o conservadorismo é um processo assimétrico, em que se reconhece com uma maior tempestividade apenas as perdas econômicas. A hipótese é de que maus resultados atuais significam prenúncio de maus resultados futuros (*bad news*), e seus efeitos são antecipados, e de que o prenúncio de bons resultados futuros (*good news*) aguarda seu registro para o momento da realização efetiva do caixa (COELHO, 2007).

Portanto, o modelo de Basu (1997) busca captar a oportunidade da informação contábil, ou seja, pelo grau de associação entre o retorno de mercado da ação e o resultado contábil, diferenciando-o para empresas que tiveram retornos negativos versus positivos da ação. Tal fato é possível por meio da inserção de uma variável *dummy* e sua interação com as outras variáveis (ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008; SANTOS *et al.*, 2011). O modelo original é descrito pela equação 2.

$$Luc_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 RET_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} * RET_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Já o modelo ajustado, utilizado nesta pesquisa, que visa captar evidências do efeito da governança corporativa no conservadorismo das empresas, é descrito pela equação 3.

$$Luc_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 RET_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_6 DGC_{i,t} * D_{i,t} * RET_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Em que:

$Luc_{i,t}$ = lucro por ação da empresa i , no final do ano t ;

$P_{i,t-1}$ = preço da ação da empresa i , em 30 de abril do ano t ;

$D_{i,t}$ = variável *dummy*, em que se atribuiu 1 para o retorno econômico negativo e zero para o retorno econômico positivo;

$RET_{i,t}$ = retorno econômico da empresa i no ano t , quatro meses após o encerramento do exercício ($VM_t - VM_{t-1}$);

$DGC_{i,t}$ = uma variável *dummy* de governança corporativa, em que se atribuiu 1 para as empresas listadas em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 para as demais;

β_1 e β_3 = reconhecimento assimétrico do retorno econômico (as boas e más notícias) pelo lucro contábil;

β_2 = oportunidade do lucro contábil, ou seja, o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil;

β_5 = uma maior tempestividade do lucro contábil pelas empresas listadas nos níveis de governança corporativa;

β_6 = um maior nível de conservadorismo pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa;

ε = termo de erro da regressão.

O coeficiente β_3 indica o reconhecimento assimétrico das boas e más notícias em relação aos ganhos econômicos não realizados (BASU, 1997). Na presença de conservadorismo, o sinal esperado para esse coeficiente é positivo e significativo, que representará o conservadorismo (SANTOS *et al.*, 2011). O coeficiente β_6 medirá a magnitude do conservadorismo para as empresas listadas nos níveis de governança corporativa. Da mesma forma, espera-se, no caso de um maior grau de

conservadorismo por essas empresas, que o seu valor seja estatisticamente significativo e positivo.

Os coeficientes β_2 e β_5 indicam a tempestividade no reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil, sendo que o primeiro é de forma geral e o segundo indica uma maior velocidade para as empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa. O sinal esperado para esses coeficientes é positivo e significativo (SANTOS *et al.*, 2011).

Dessa forma, a relevância, o conservadorismo e a oportunidade serão analisados por meio dos coeficientes descritos acima, durante as três fases do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

3.2.3 Especificação e pressupostos dos modelos de regressões

Inicialmente, antes de estimar as regressões, foram conduzidos testes para especificar qual o melhor modelo para o painel de dados balanceado com abordagem robusta. Portanto, para se avaliar se o modelo de efeito fixo é melhor que o *Pols* (*Pooled ordinary least square*), realizou-se o teste F de Chow; para se avaliar se o modelo de efeito aleatório é melhor que o *Pols*, realizou-se o teste LM de Breusch-Pagan; e, por fim, para se avaliar se o modelo de efeito fixo é melhor do o aleatório, procedeu-se o teste de Hausman.

Sendo assim, após a aplicação dos testes, verificou-se que a melhor especificação para os modelos foi o de efeitos aleatórios, conforme resultados evidenciados nas tabelas que seguem mais adiante.

No que se refere à homocedasticidade dos resíduos, utilizou-se o método de estimação dos mínimos quadrados generalizados (GLS), que é robusto a tal pressuposto.

Com relação aos outros pressupostos dos modelos de regressão, não há problemas de autocorrelação dos resíduos, uma vez que a série de dados para cada regressão é de apenas dois anos e utilizou-se o método de estimação GLS.

O teste de Jarque-Bera (evidenciado nas tabelas que seguem mais adiante) indicou em todas as regressões ausência de distribuição normal. Entretanto, como o foco das regressões estimadas não é de fazer inferências, ou seja, de realizar previsões, o pressuposto da normalidade pode ser relaxado (GUJARATI, 2011). Outra suposição para o relaxamento de tal pressuposto reside na teoria do limite central, uma vez que cada uma das amostras é composta por 238 observações.

Por meio da estatística *variance inflation factor* (VIF), verificou-se que não há problemas consideráveis de multicolineariedade, conforme evidenciado nas tabelas que seguem adiante.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, foram calculadas as estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa para cada fase do processo de implantação das normas internacionais de contabilidade, conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis (valores em milhares de reais)

Antes (2006 e 2007)				
	Máximo	Mínimo	Média	Desvio padrão
RET	9.969.619	- 219.334	4.068.967	2.451.595
PL	111.368.280	- 4.576.878	15.126.024	30.287.655
LL	22.967.993	- 61.551.229	1.240.999	4.066.443
Durante (2008 e 2009)				
	Máximo	Mínimo	Média	Desvio padrão
RET	24.712.858	- 941.510	7.125.983	8.696.069
PL	159.563.612	- 2.271.313	16.714.663	28.480.317
LL	31.510.067	- 217.113.396	1.580.700	10.969.350
Após (2010 e 2011)				
	Máximo	Mínimo	Média	Desvio padrão
RET	28.508.224	- 188.785	12.094.409	15.620.571
PL	329.761.754	- 656.763	19.520.824	38.832.621
LL	34.687.893	- 20.106.805	2.250.813	9.556.320

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Durante as fases do processo de implantação das normas internacionais, verifica-se que, em média, o retorno das ações das empresas (RET) aumentou, porém o desvio padrão também cresceu representativamente, como é verificado nos períodos de 2008 e 2009 (durante) e 2010 e 2011 (depois). Isso indica uma maior dispersão dos dados em torno da média ao longo do período. Entretanto, tais evidências podem ser consideradas normais, visto que a variação do retorno de mercado das companhias é vulnerável não só apenas às informações contábeis, mas também a muitos fatores externos de mercado, tais como crises econômicas e financeiras. Da mesma forma, observa-se que tanto as variáveis LL quanto a PL sofreram acréscimos ao longo do período de convergências às normas internacionais de contabilidade, bem como desvios elevados, inferindo, portanto, para uma distribuição dispersa. Entretanto, esses desvios elevados não fogem da normalidade, pois, mesmo excluindo as empresas financeiras, a amostra é composta por empresas de vários setores que possuem estruturas patrimoniais diferenciadas, o que faz com que a amostra ainda seja heterogênea.

Vale salientar que os modelos utilizados por esta pesquisa apresentam outras variáveis, denominadas de *dummies*, que não foram evidenciadas na Tabela 1, pois possuem natureza binária (ou de interação), não permitindo uma interpretação adequada das suas estatísticas descritivas.

A Tabela 2 evidencia a matriz de correlação das variáveis da pesquisa com os dados empilhados de todo o período analisado (2006 a 2011).

Tabela 2 – Matriz de correlação das variáveis

	RET	PL	LL	DGC	DGC*PL	DGC*LL	Dummy	D*RET	DGC*D*RET
RET	1								
PL	0,695	1							
LL	0,788	0,599	1						
DGC	0,457	0,113	0,227	1					
DGC*PL	0,448	0,798	0,094	0,817	1				
DGC*LL	0,615	0,048	0,695	0,462	0,174	1			
Dummy	-0,133	-0,029	-0,544	0,006	0,011	-0,030	1		
D*RET	0,777	-0,006	0,814	0,252	0,047	0,028	-0,117	1	
DGC*D*RET	0,120	-0,018	0,485	0,013	0,039	0,038	-0,307	0,119	1

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, inicialmente, que as variáveis PL e LL são fortemente correlacionadas com o retorno das ações (RET), indicando, possivelmente, um bom ajuste do modelo de relevância. Da mesma forma, as *dummies* de interação com o PL (DGC*PL) e com o LL (DGC*LL) também apresentaram uma correlação razoável com o retorno das ações (RET), indicando uma possível associação significativa e com os sinais esperados no modelo de relevância.

Com relação às variáveis que compõem o modelo de Basu (1997), observa-se, inicialmente, que as variáveis *dummy* e D*RET apresentaram fortemente correlação com o LL, indicando possíveis evidências de reconhecimento assimétrico do retorno econômico, as boas e más notícias pelo lucro contábil. Quanto às *dummies* de interação, incluídas no modelo de Basu (1997) para capturar o efeito da governança corporativa (DGC), observa-se que existe uma correlação positiva entre elas (DGC e DGC*D*RET), porém não muito forte. Entretanto, é oportuno enfatizar que a partir dessa correlação é possível apenas avaliar as tendências e o sentido das associações entre as variáveis. As evidências, de fato, só serão capturadas com os resultados dos modelos.

A Tabela 3 evidencia os resultados dos modelos de regressão estimados, que buscaram captar evidências quanto a relevância, conservadorismo e tempestividade com dados referentes ao período de 2006 e 2007, que compreende a fase que antecede o início do processo de convergência no Brasil.

Tabela 3 – Resultados dos modelos estimados para o período de 2006 a 2007 (antes)

Descrição	Modelo de conservadorismo/tempestividade ^a	Modelo de relevância ^b
C	-0,043 (0,665)	1,753 (0,000)
$RET_{i,t}$	0,171 (0,000)	
$D_{i,t}$	-0,203 (0,007)	
$D_{i,t}RET_{i,t}$	0,773 (0,000)	
$PL_{i,t}$		3,293 (0,000)
$LL_{i,t}$		4,275 (0,000)
$DGC_{i,t}$	0,230 (0,017)	0,915 (0,010)
$DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t}$	0,321 (0,000)	
$DGC_{i,t}RET_{i,t}$	0,221 (0,000)	
$DGC_{i,t}PL_{i,t}$		4,223 (0,098)
$DGC_{i,t}LL_{i,t}$		5,102 (0,000)
R ² ajustado	0,270	0,375
Teste Wald (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Teste de Chow (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Breusch-Pagan (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Teste de Hausman (p-valor)	(0,177)	(0,213)
Jarque-Bera (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Observações	238	238

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: $VIF = RET_{i,t} = 5,14$; $D_{i,t} = 8,53$; $D_{i,t}RET_{i,t} = 11,31$; $PL_{i,t} = 1,15$; $LL_{i,t} = 2,93$; $DGC_{i,t} = 13,42$; $DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t} = 9,53$; $DGC_{i,t}RET_{i,t} = 4,86$; $DGC_{i,t}PL_{i,t} = 3,63$; $DGC_{i,t}LL_{i,t} = 4,71$;

$a - Luc_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 RET_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_6 DGC_{i,t} * D_{i,t} * RET_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$;

$b - RET_{i,t} = \alpha + \beta_1 PL_{i,t} + \beta_2 LL_{i,t} + \beta_3 DGC_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} * PL_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * LL_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$.

Verifica-se, por meio do teste Wald, que ambas as regressões se apresentaram significativas ao nível 1%. Percebe-se que os coeficientes das variáveis que captam o conservadorismo levando em consideração todas as companhias da amostra ($D_{i,t}RET_{i,t}$ e $D_{i,t}$) apresentaram-se significativos e com sinal esperado. Portanto, as evidências indicam que o lucro contábil é mais sensível aos resultados negativos em oposição aos resultados positivos, ou seja, houve conservadorismo no mercado acionário brasileiro no período em que antecede o início do processo de convergência.

Verifica-se, também, que nesse período as empresas listadas nos níveis de governança corporativa apresentaram um maior grau de conservadorismo do que as demais companhias, uma vez que o coeficiente da variável $DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t}$ mostrou-se significativo. Esses resultados convergem para as pesquisas de Almeida, Scalzer e Costa (2008) e Lara, Osma

e Penalva (2009), as quais concluíram que o grau de conservadorismo utilizado pelas empresas com forte governança corporativa é maior do que o das demais empresas.

Por meio do coeficiente da variável $RET_{i,t}$ confere-se que o lucro contábil é oportuno no reconhecimento do retorno econômico nesse período. Entretanto, corroborando as evidências de conservadorismo, essa tempestividade também foi distinta para as empresas listadas nos NDGC, uma vez que o coeficiente da variável $DGC_{i,t}RET_{i,t}$ apresentou-se significativo. Essas evidências convergem com os resultados do estudo de Bushman *et al.* (2004), os quais verificaram relação entre as práticas de governança corporativa e a tempestividade da informação em empresas norte-americanas.

No que se refere à relevância das informações contábeis, os resultados evidenciados na Tabela 3 indicam que tanto o LL quanto o PL apresentaram significância estatística na determinação do retorno econômico das ações das empresas da amostra nesse período. Ou seja, são informações relevantes para o mercado de capitais corroboram estudos anteriores (LIMA, 2010).

Do mesmo modo, as evidências indicam que os mecanismos de governança corporativa acabam intensificando o grau de relevância dessas informações, ou o mercado acaba dando uma maior importância a essas informações dessas empresas, pois as variáveis $DGC_{i,t}PL_{i,t}$ e $DGC_{i,t}LL_{i,t}$ se apresentaram significativas, com o nível de significância de 10% e 1%, respectivamente. Essas evidências corroboram os resultados evidenciados por Antunes *et al.* (2010), em que identificaram que a adesão aos NDGB aumenta a qualidade da informação contábil no que se refere ao elemento relevância.

A Tabela 4 evidencia os resultados dos modelos estimados com as informações referentes à primeira fase do processo de convergências às normas internacionais no Brasil.

Tabela 4 – Resultados dos modelos estimados para o período de 2008 a 2009 (durante)

Descrição	Modelo de conservadorismo/tempestividade ^a	Modelo de relevância ^b
C	-0,601 (0,069)	0,148 (0,010)
$RET_{i,t}$	0,411 (0,008)	
$D_{i,t}$	-0,017 (0,358)	
$D_{i,t}RET_{i,t}$	0,530 (0,006)	
$PL_{i,t}$		1,237 (0,002)
$LL_{i,t}$		2,751 (0,000)
$DGC_{i,t}$	0,650 (0,073)	0,119 (0,008)
$DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t}$	0,255 (0,000)	
$DGC_{i,t}RET_{i,t}$	0,009 (0,401)	
$DGC_{i,t}PL_{i,t}$		1,963 (0,460)
$DGC_{i,t}LL_{i,t}$		3,121 (0,000)
R ² ajustado	0,124	0,429
Teste Wald (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Teste de Chow (p-valor)	(0,000)	(0,000)

continua...

conclusão.

Descrição	Modelo de conservadorismo/tempestividade ^a	Modelo de relevância ^b
Breusch-Pagan (p-valor)	(0,000)	(0,009)
Teste de Hausman (p-valor)	(0,979)	(0,087)
Jarque-Bera (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Observações	238	238

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: $VIF = RET_{i,t} = 6,37$; $D_{i,t} = 4,78$; $D_{i,t}RET_{i,t} = 9,62$; $PL_{i,t} = 1,80$; $LL_{i,t} = 1,37$; $DGC_{i,t} = 8,52$; $DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t} = 14,98$; $DGC_{i,t}RET_{i,t} = 2,62$; $DGC_{i,t}PL_{i,t} = 4,37$; $DGC_{i,t}LL_{i,t} = 2,29$;

$a-Luc_{i,t}/P_{i,t-1} = \alpha + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 RET_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_6 DGC_{i,t} * D_{i,t} * RET_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$;

$b-RET_{i,t} = \alpha + \beta_1 PL_{i,t} + \beta_2 LL_{i,t} + \beta_3 DGC_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} * PL_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * LL_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$.

Inicialmente, observa-se por meio do teste de Wald que os modelos estimados apresentaram significância estatística, ao nível de 1%. No que se refere às evidências de conservadorismo, os resultados são persistentes para esse período, ou seja, o grau de conservadorismo das empresas que compõem a amostra, na primeira fase do processo de convergência, se manteve.

Porém, ao comparar o coeficiente da variável $D_{i,t}RET_{i,t}$ estimado no período que antecede o processo de convergência (Tabela 3) com o mesmo coeficiente estimado na primeira fase da implementação do padrão IFRS (Tabela 4), observa-se que o valor do primeiro (0,773) é maior do que o do segundo (0,530), indicando uma possível redução no nível de conservadorismo pelas empresas da amostra. Tais evidências sugerem que, nessa primeira fase, o reconhecimento assimétrico das más notícias pelo lucro contábil ainda existiu, porém em um nível inferior ao período que o antecedeu.

Corroborando os resultados evidenciados na Tabela 3, as empresas listadas nos níveis de governança corporativa apresentaram um maior grau de conservadorismo quando comparadas com as demais companhias, como pode ser visualizado pelo coeficiente da variável $DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t}$, corroborando, portanto, os estudos de Almeida, Scalzer e Costa (2008) e Lara, Osma e Penalva (2009).

Da mesma forma, ao comparar o valor do coeficiente da variável $DGC_{i,t}D_{i,t}RET_{i,t}$ evidenciado na Tabela 3 (0,321) com o mesmo coeficiente evidenciado na Tabela 4 (0,255), verifica-se que as empresas listadas nos níveis de governança corporativa, mesmo apresentando um nível de conservadorismo superior ao das demais companhias, nessa primeira fase da convergência apresentaram diminuição desse nível.

Essas evidências são confirmadas pela redução do R^2 ajustado do modelo de Basu (1997) ajustado, em que, no período que antecede a fase inicial da convergência, o seu valor foi de 0,27. Já na primeira fase o seu valor foi de 0,12, indicando uma redução no poder explicativo do modelo.

As evidências sustentam ainda que o lucro contábil é oportuno o reconhecimento do retorno econômico também para esse período. Entretanto, essa tempestividade não foi distinta para as empresas listadas nos níveis de governança corporativa ao ser comparada com as demais, uma vez que o coeficiente da variável $DGC_{i,t}RET_{i,t}$ não se apresentou significativo. Isso sugere que essa primeira fase tenha contribuído positivamente no que se refere ao atributo da tempestividade para as empresas que não estão listadas nos NDGC, uma vez que não há evidências de diferenças na tempestividade no reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil, entre esses dois grupos de empresas.

No que se trata da relevância da informação relativa ao PL e LL, observa-se que ambas as variáveis apresentaram significância estatística na determinação do retorno das ações das empresas, confirmando as evidências de que essas variáveis são valores relevantes para o mercado de capitais. Vale enfatizar que, ao comparar o R^2 ajustado estimado do antes (0,375) com o após (0,429), na primeira fase do processo de convergência, verifica-se que houve uma melhora no modelo. Tal resultado sugere que as mudanças normativas e legais ocorridas em 2007 e 2008, que deram origem à primeira fase do processo de convergência, acarretaram uma melhoria na relevância dessas informações oriundas da contabilidade.

Os resultados indicam ainda que nessa primeira fase de convergência, mesmo obtendo evidências de melhoria na qualidade da informação contábil, as empresas listadas nos níveis de governança corporativa ainda apresentaram um maior grau de relevância no que se trata do LL, uma vez que a variável $DGC_{i,t}LL_{i,t}$ se apresentou significativa ao nível de 1% e com sinal positivo. Esses resultados convergem para os resultados da pesquisa de Chalmers, Clinch e Godfrey (2009), realizada com empresas australianas, na qual verificaram que, após adoção do modelo contábil IFRS, entre as informações do LL e PL, apenas o LL tornou-se mais relevante para os usuários.

Esses resultados demonstram que mesmo após a primeira fase do processo de convergência, em que se introduziram

procedimentos que objetivaram evidenciar informações que se aproximassem ao máximo da realidade econômica das empresas, os mecanismos de governança corporativa adotados pelas empresas listadas nos NDGC ainda se apresentaram com diferencial no que se refere à relevância do lucro contábil. Uma possível explicação para essas evidências está no sentido de que as informações divulgadas por essas empresas talvez transmitam uma maior confiabilidade para o mercado, pois essas companhias acabam assumindo um maior grau de responsabilidade no que se refere ao trato das informações contábeis, em função da adesão aos NDGC.

Por fim, a Tabela 5 evidencia os resultados dos modelos de regressão estimados, que buscaram captar evidências quanto a relevância, conservadorismo e tempestividade, com dados referentes ao período de 2010 e 2011, que compreendeu a fase da implementação do padrão IFRS integral.

Tabela 5 – Resultados dos modelos estimados para o período de 2010 a 2011 (após)

Descrição	Modelo de conservadorismo/tempestividade ^a	Modelo de relevância ^b
<i>C</i>	0,065 (0,003)	1,201 (0,000)
<i>RET_{it}</i>	0,717 (0,002)	
<i>D_{it}</i>	-0,014 (0,265)	
<i>D_{it}RET_{it}</i>	0,027 (0,204)	
<i>PL_{it}</i>		7,246 (0,000)
<i>LL_{it}</i>		1,011 (0,031)
<i>DGC_{it}</i>	0,069 (0,224)	0,184 (0,678)
<i>DGC_{it}D_{it}RET_{it}</i>	0,153 (0,000)	
<i>DGC_{it}RET_{it}</i>	0,002 (0,610)	
<i>DGC_{it}PL_{it}</i>		0,098 (0,504)
<i>DGC_{it}LL_{it}</i>		0,129 (0,435)
R ² ajustado	0,117	0,473
Teste Wald (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Teste de Chow (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Breusch-Pagan (p-valor)	(0,000)	(0,008)
Teste de Hausman (p-valor)	(0,173)	(0,094)
Jarque-Bera (p-valor)	(0,000)	(0,000)
Observações	238	238

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: $VIF = RET_{it} = 7,31$; $D_{it} = 6,62$; $D_{it}RET_{it} = 9,53$; $PL_{it} = 1,03$; $LL_{it} = 3,84$; $DGC_{it} = 16,41$; $DGC_{it}D_{it}RET_{it} = 7,12$; $DGC_{it}RET_{it} = 2,64$; $DGC_{it}PL_{it} = 5,77$; $DGC_{it}LL_{it} = 3,79$;

$$a - Luc_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 RET_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * RET_{i,t} + \beta_6 DGC_{i,t} * D_{i,t} * RET_{i,t} + \varepsilon_{i,t};$$

$$b - RET_{i,t} = \alpha + \beta_1 PL_{i,t} + \beta_2 LL_{i,t} + \beta_3 DGC_{i,t} + \beta_4 DGC_{i,t} * PL_{i,t} + \beta_5 DGC_{i,t} * LL_{i,t} + \varepsilon_{i,t}.$$

Observa-se que as regressões estimadas apresentaram significância estatística ao nível de 1%, conforme o *p-value* do teste de Wald. Percebe-se, inicialmente, que nesse período apenas as empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa apresentaram evidências de reconhecimento assimétrico das boas e más notícias em relação aos ganhos econômicos não realizados (conservadorismo), uma vez que apenas o coeficiente da variável $DGC_{i,t} D_{i,t} RET_{i,t}$ mostrou-se significativo, mais uma vez confirmando os achados de Almeida, Scalzer e Costa (2008) e Lara, Osma e Penalva (2009).

Esses resultados sugerem que as mudanças das práticas contábeis introduzidas pelas normas internacionais acabaram reduzindo o grau de conservadorismo das empresas da amostra, principalmente para as empresas que não aderiram aos mecanismos de governança corporativa estabelecidos pelos Níveis 1 e 2 e o MN da BM&FBovespa.

Confirmando os achados obtidos para os períodos que compreendem a primeira etapa e a etapa que antecede o processo de convergência, a Tabela 5 evidencia que o lucro contábil é oportuno no reconhecimento do retorno econômico também nesse período de adoção integral do modelo contábil IFRS, uma vez que o coeficiente da variável $RET_{i,t}$ apresentou significância estatística. Entretanto, essa tempestividade não foi distinta para as empresas listadas nos níveis de governança corporativa ao ser comparada com as demais, uma vez que o coeficiente da variável $DGC_{i,t} RET_{i,t}$ não apresentou-se significativo, corroborando os resultados evidenciados na Tabela 4.

No que se refere ao modelo de relevância, observa-se que o R^2 ajustado de 0,473 foi superior ao dos demais períodos, indicando que nessa adoção integral do modelo contábil IFRS também houve uma melhoria na relevância das informações contábeis, nesse caso representadas pelo LL e PL. Entretanto, ao contrário dos demais períodos, não há evidências de que a relevância das informações referentes ao LL e PL seja diferente para as empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa. Esses resultados sugerem que a adoção do padrão IFRS pelas empresas em geral foi benéfica para os usuários dessas informações, pois, no que se trata da característica qualitativa, a relevância, não há mais evidências de diferenças entre as companhias que possuem uma maior exigência no que se refere à qualidade das informações contábeis, confirmando, assim, os estudos de Macedo, Araújo e Braga (2012) e Barros, Espejo e Freitas (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os reflexos do processo de convergência na qualidade da informação contábil e, mais especificamente, avaliar se esses possíveis reflexos se comportam de forma distinta para as companhias listadas nos NDGC em oposição às empresas em geral.

Para isso, fez-se o uso do modelo de Basu (1997), que busca captar evidências de conservadorismo e tempestividade, e do modelo de relevância. A análise foi realizada em três momentos distintos: nos dois anos anteriores à adoção do modelo contábil IFRS integral (2006 e 2007), nos dois anos que marcaram a fase inicial de adoção do modelo (2008 e 2009) e nos dois primeiros anos após a adoção integral do modelo (2010 e 2011).

Os resultados encontrados demonstraram que há evidências de conservadorismo contábil pelas empresas da amostra antes, durante e após o processo de convergência. Porém, observou-se que o nível de conservadorismo diminuiu durante esses períodos, chegando a não se obter evidências de conservadorismo para as empresas que não estão listadas nos NDGC no período de adoção integral do padrão IFRS (2010 e 2011).

Não obstante, as empresas listadas nos NDGC, mesmo tendo apresentado uma redução no conservadorismo contábil durante o processo de convergência, apresentaram um nível superior ao das empresas em geral, até mesmo no período de adoção integral do modelo IFRS, corroborando os resultados de estudos anteriores (ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008; LARA; OSMA; PENALVA, 2009).

Uma possível explicação para esses achados é a de que práticas contábeis conservadoras estão relacionadas a mecanismos de governança corporativa, no sentido de resguardar os acionistas e credores de capital de atos oportunistas de gestores, uma vez que estes podem se beneficiarem de resultados maiores (não conservadores), principalmente quando são avaliados e remunerados por medidas de desempenho que derivam dos resultados contábeis (WATTS, 2003).

De maneira geral, as evidências indicam que mesmo existindo diferenças no grau de conservadorismo entre as empresas listadas nos NDGC, verificou-se que o conservadorismo diminuiu com o processo de convergência. Para alguns autores (ALMEIDA, SCALZER; COSTA, 2008), um conservadorismo excessivo pode trazer implicações adversas, fazendo

com que a informação contábil seja menos oportuna em decorrência de um maior grau de verificabilidade exigido. Por outro lado, outros autores (LOPES; MARTINS, 2005) argumentam que a utilização do princípio do conservadorismo pela contabilidade é fundamental para que a confiabilidade e a transparência fomentadas pela governança corporativa consigam ser atingidas.

Frete a essa discussão, não é possível afirmar se as evidências de redução do conservadorismo contábil pelas empresas, durante o processo de convergência às normas internacionais, foram ou não benéfico para os usuários das informações contábeis.

No que se refere à tempestividade no reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil, as evidências demonstraram que a informação contábil foi oportuna antes, durante e após o processo de convergência para as empresas da amostra. Entretanto, antes do início do processo de convergência (2006 e 2007), as empresas listadas nos NDGC apresentaram um nível de tempestividade superior ao das empresas em geral. Porém, com o processo de adoção das IFRS, as evidências demonstraram que o nível de tempestividade não foi distinto entre os grupos de empresas. Isso sugere que a adoção do padrão IFRS contribuiu positivamente no que se refere ao atributo da tempestividade para as empresas que não estão listadas nos NDGC.

Em se tratando da relevância da informação contábil, de maneira geral as evidências demonstraram que melhorou com a adoção das normas internacionais. Vale enfatizar que, antes e durante a adoção parcial, as empresas listadas nos NDGC apresentaram um maior grau no que se refere a tal característica qualitativa, indicando que mecanismos de governança corporativa acabam impactando positivamente na qualidade da informação contábil.

Porém, com a adoção integral do modelo IFRS, as evidências demonstraram que não houve distinção na relevância das informações relativas ao PL e LL entre as empresas listadas nos NDGC e as não listadas. Isso sugere que a adoção do padrão IFRS integral foi benéfica para os usuários dessas informações, corroborando, assim, os estudos de Macedo, Araújo e Braga (2012) e Barros, Espejo e Freitas (2013).

Contudo, vale destacar que as evidências aqui apresentadas foram obtidas de uma amostra não probabilística, portanto os resultados não podem ser generalizados para todas as empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. C. G.; SCALZER, R. S.; COSTA, F. M. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 118-131, 2008.
- ANTUNES, G. A. et al. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2010.
- BACKES, R. G. et al. Governança corporativa e performance organizacional: descrição de estudos sobre o tema. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 28, n. 2, p. 59-73, 2009.
- BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, v. 6, p. 159-177, 1968.
- BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, v. 36, p. 235-270, 2003.
- BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, v. 39, n. 1, p.83-128, 2005.
- BARROS, C. M. E.; ESPEJO, M. M. S.; FREITAS, A. C. A relevância da informação contábil no mercado acionário brasileiro: uma análise empírica de companhias listadas na BM&FBovespa antes e após a promulgação da lei 11.638/07. *Revista Ambiente Contábil*, v. 5, n. 1, p. 241-262, 2013.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for finance accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 77-104, 2001.
- ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 23-42, maio/ago. 2014.

- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BARTH, M., LANDSMAN, W.; LANG, M. *International accounting standards and accounting quality*. Stanford, CA: Stanford University and University of North Carolina at Chapel Hill, 2006. (Stanford University Graduate School of Business Research Paper n. 1.976).
- BARTOV, E.; GOLDBERG, S. R.; KIM, M. Comparative value relevance among German, U.S., and International Accounting Standards: a German stock market perspective. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 20, p. 95-119, 2005.
- BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, n. 24, p. 3-37, 1997.
- BEAVER, W. The information content of annual earnings announcements. *Journal of Accounting Research*, v. 6, p. 67-92, 1968.
- BUSHMAN, R. *et al.* Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. *Journal of Accounting & Economics*, v. 37, n. 2, p.167-201, 2004.
- CHALMERS, K.; CLINCH, G. J.; GODFREY, J. M. Changes in value relevance of financial information upon IFRS adoption. 2009. Social Science Research Network (SSRN). Disponível em: <www.ssrn.com>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- CHEN, H. *et al.* The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 21, n. 3, p. 220-278, 2010.
- CHI, W.; LIU, C.; WANG, T. What affects accounting conservatism: A corporate governance perspective. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, v. 5, p. 47-59, 2009.
- COELHO, A. C. D. *Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil*. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COHEN, R. J.; KRISHNAMOORTHY, G.; WRIGHT, A. Corporate governance mosaic and financial reporting quality. *Journal of Accounting Literature*, v. 23, p. 87-152, 2004.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00 (R1)*. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- COSTA, P. S. *Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras*. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DECHOW, P. *et al.* Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, p. 344-401, 2010.
- DENIS, D. K.; MCCONNELL, J. J. International Corporate Governance. *The Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 38, n. 1, p. 1-36, 2003.
- GARBRECHT, G. T. *et al.* Conservadorismo Condicional *ex post* a lei 11.638/07: um estudo sobre a qualidade do lucro contábil em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012.

- GONÇALVES, R. S. *et al.* Social Disclosure das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 5, n. 9, p. 71-94, 2008.
- GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- HABIB, A.; AZIM, I. Corporate governance and the value-relevance of accounting information: Evidence from Australia. *Accounting Research Journal*, v. 21, n. 2, p. 167-194, 2008.
- HELLMAN, N. Accounting conservatism under IFRS. *Accounting in Europe*, v. 5, n. 2, p. 71-100, 2008.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da Contabilidade*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOLM, C.; SCHOLER, F. Board competency explanations for differentiation in a harmonisation environment. *Review of European Studies*, v. 4, n. 1, p. 52-72, 2012.
- HOULTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1-3, p. 3-75, 2001.
- HOUQUE, M. N. *et al.* The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, v. 47, n. 3, p. 333-355, 2012.
- JACQUES, F. V. S. *et al.* Contabilidade e a sua relevância nas boas práticas de Governança Corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 8, n. 16, p. 37-64, 2011.
- JENKINS, D. S.; KANE, G. D.; VELURY, U. Earnings conservatism and value relevance across the business cycle. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 36, n. 9, p. 1041-1058, 2009.
- LA PORTA, R. *et al.* Investor protection and corporate governance. *Journal of Financial Economics*, v. 58, p. 3-27, 2000.
- LARA, J. M. G.; OSMA, B. G.; PENALVA, F. Accounting conservatism and corporate governance. *Review of Accounting Studies*, v. 14, p. 161-201, 2009.
- LIMA, J. B. N. *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2005.
- LOPES, A. B.; WALKER, M. *Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil*. 2008. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com>>. Acesso em: 18 fev. 2014. (Working Paper).
- MACEDO, M. A. *et al.* Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 57, p. 1-20, 2011.
- MACEDO, M. A. S; ARAÚJO, M. B. V.; BRAGA, J. P. Impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade na relevância das informações contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 6, n. 4, p. 367-382, 2012.
- MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting quality and the adoption of IASB Standards: Portuguese evidence. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, p. 103-111, 2008.
- NISKANEN, J.; KINNUNEN, J.; KASANEN, E. The value relevance of IAS reconciliation components: empirical evidence from Finland. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 19, p. 119-137, 2000.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. *Teoria da Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M. *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

WATTS, R. L. Conservatism in Accounting Part I: explanations and implications. *Accounting Horizons*, v. 17, 3, p. 207-221, 2003.